



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176986 - MG (2021/0001342-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : EXPRESSO ARAGUARI LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : VIACAO ESTRELA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : NACIONAL EXPRESSO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : ROTAS DE VIACAO DO TRIANGULO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : GILBERTO BELAFONTE BARROS - MG079396
ADRIEL GARCIA GARZONI - MG105543
EDLAINE GOMES MIRANDA - MG139074
NILVA APARECIDA BRAGA - MG117812
ANTONIO AMERICO MARTINS FILHO - MG189143
BRUNA NASSIF DE MORAIS - MG185109
LAURA MAMEDE SOUSA - MG160938
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DE UBERLÂNDIA - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA - MG
INTERES. : ANTONIO CANDIDO DE SA
ADVOGADO : MARIA ALICE DIAS COSTA - MG057987

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por EXPRESSO ARAGUARI LTDA. e OUTRAS, todas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA (GO), o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DE UBERLÂNDIA (MG) e o JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA (MG).

Alegam que fazem parte do mesmo grupo econômico e que tiveram seus pedidos de recuperação judicial deferidos pelos Juízos da 10ª Vara Cível de Goiânia (GO) e da 7ª Vara Cível de Uberlândia (MG). A recuperação judicial das empresas Expresso Araguari Ltda., Viação Estrela Ltda. e Rotas de Viação do Triângulo Ltda. foi processada em 1º/6/2016, nos autos tombados sob o n. 167246-80.2016.8.09.0051 (fls. 79-85), e a recuperação da Nacional Expresso Ltda., em 11/5/2016, no Processo n. 5002607-33.2016.8.13.0702 (fls. 87-91).

Afirmam ainda que, a despeito da determinação de suspensão das execuções, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Uberlândia, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0012002-16.2016.5.03.0104, determinou o prosseguimento da execução contra as suscitantes (fl. 162), inclusive com bloqueio de ativos financeiros da conta bancária da empresa Rotas de Viação Triângulo Ltda. (fl. 164).

Defendem a competência do Juízo universal para deliberar sobre seu patrimônio.

Postulam, liminarmente, "o sobrestamento do processo de execução trabalhista, número 0012002-16.2016.5.03.0104, em curso na 4ª Vara do Trabalho de Uberlândia – MG, com a consequente designação do juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia-Go (processo número 0167246-80.2016.8.09.0051) e da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia – MG (processo número 5002607-33.2016.8.13.0702) para decidir sobre a destinação dos valores apurados" (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005 devem ser realizados pelo Juízo universal.

Também estão sujeitas a esse Juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010).

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009) 2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção.

2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.)

Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução trabalhista.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da determinação de prosseguimento da execução pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Uberlândia, ora suscitado. Some-se a isso o fato de que, em 15 de dezembro de 2020, houve o indeferimento do pedido de liberação dos valores bloqueados na conta de uma das empresas suscitantes.

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para suspender, até decisão final do conflito de competência, os atos executórios promovidos pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho Uberlândia (MG), nos autos da Ação Trabalhista n. 0012002-16.2016.5.03.0104.

Designo, em caráter provisório, a) o Juízo de Direito da 7ª Vara Cível de Uberlândia (MG) para decidir as medidas porventura prementes relativas à Reclamação Trabalhista n. 0012002-16.2016.5.03.0104, no tocante ao patrimônio da Nacional Expresso Ltda.; e b) o Juízo de Direito da 10ª Vara Cível de Goiânia (GO) para decidir as questões urgentes, inclusive a destinação dos valores bloqueados, relativas à mesma reclamação trabalhista e que envolvam os bens das empresas Expresso Araguari Ltda., Viação Estrela Ltda. e Rotas de Viação do Triângulo Ltda.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente